

XV Jornadas de Investigación y Cuarto Encuentro de Investigadores en Psicología del Mercosur. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2008.

Organização e funcionamento do abrigo para crianças e adolescentes.

Viana Faraldo, Juan.

Cita:

Viana Faraldo, Juan (2008). *Organização e funcionamento do abrigo para crianças e adolescentes*. XV Jornadas de Investigación y Cuarto Encuentro de Investigadores en Psicología del Mercosur. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-032/491>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/efue/nH3>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Viana Faraldo, Juan
Centro Universitário FIEO - UNIFIEO. Brasil

RESUMEN

Este artigo é parte integrante de um projeto de dissertação de mestrado sobre a organização e o funcionamento de um abrigo - instituição que acolhe crianças e adolescentes desprotegidos, vítimas de maus-tratos e abandonados - localizado numa cidade do interior do estado de São Paulo. Esse abrigo, intitulado aqui de 'Casa Esperança' é um dos principais projetos desenvolvido pelo Departamento de Bem-Estar Social do Poder Público Municipal. Acreditamos que o abrigo 'Casa Esperança' circunscreve-se dentro da política de abrigos no Brasil atendendo crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, mas, ainda há muito por fazer, por exemplo, o profissional que atua nesse tipo de instituição deve ser capaz de promover a autonomia do sujeito acolhido, dando-lhe espaços para que este reconstrua sua criatividade. Outro ponto a ser destacado é que o abrigo esteja articulado com uma rede de atendimento para a realização de um trabalho em sintonia com outros órgãos públicos, como os Conselhos Tutelares, entidades governamentais, voluntariado, a Justiça da Infância e da Juventude, programas das diversas secretarias do município em que está o abrigo, ou até promovendo parcerias com municípios vizinhos que também tratem da questão da criança e do adolescente.

Palabras clave

Abrigo Infância Políticas sociais

ABSTRACT

ORGANIZATION AND OPERATION OF THE SHELTER FOR CHILDREN AND ADOLESCENTS.

This article is part of a project for a master's dissertation on the organisation and operation of a shelter - institution that welcomes children and adolescents unprotected, victims of maus-tratos and abandoned - located in a city in the interior of São Paulo state. The shelter, called here 'House Hope' is one of the major projects developed by the Department of Social Welfare of the Public Power Council. We believe that under 'House Hope' confines itself within the policy of shelters in Brazil given children and adolescents at risk personal and social, but much remains to be done, for example, the professional who works in this type of institution must be able to promote the autonomy of the subject upheld, giving you space for this rebuild their creativity. Another point to be highlighted is that the shelter is linked with a network of care for the realization of a work in line with other public agencies, such as the guardianship councils, government agencies, voluntary, the justice for children and youth, of the various programs departments of the municipality where the shelter is, or even promoting partnerships with neighboring counties that also addressing the issue of children and adolescents.

Key words

Homeless Infant Social policies

O abrigo “Casa Esperança” é um dos principais projetos desenvolvido pelo Departamento de Bem-Estar Social do Poder Público Municipal e tem como objetivo principal abrigar, provisória e excepcionalmente, crianças e adolescentes cujos direitos básicos tenham sido violados ou ameaçados, mediante determinação judicial. Mais que um teto, o seu dia-a-dia é marcado pela promoção de um ambiente onde as crianças e os adolescentes, oriundos de situações de abandono e até violência doméstica, vivenciem a experiência de um lar normal com afeto e apoio.

A estrutura dos cômodos oferece uma condição digna de moradia, que possibilita um trabalho de monitoria e a implantação de um trabalho disciplinar mais eficiente. Desde 2007, 20 crianças na faixa etária de 0 a 12 anos e adolescentes do sexo feminino moram na “Casa Esperança”. Os adolescentes homens são acolhidos num espaço físico separado, conhecido como “Casa do Adolescente”, localizada numa avenida próxima à Casa Esperança.

As crianças são acomodadas em quartos feminino e masculino, todos com banheiros. Os bebês são assistidos num quarto berçário e, ainda, há um quarto reservado aos casos emergenciais de crianças encaminhadas em circunstâncias especiais. O local conta também com uma área de lazer, cozinha e uma ampla sala de estar que serve como refeitório e espaço de atividades. A rotina dentro da Casa Esperança é organizada a partir de uma série de regras e horários estipulados para contemplar todas as necessidades básicas das crianças. Durante a semana, elas acordam bem cedo, tomam banho, café e vão para a escola municipal. Depois da aula, almoçam e vão para a sede do Projeto Re-Construir, onde participam de atividades esportivas, culturais e socioeducativas. No fim da tarde, voltam para a Casa e fazem lição; depois disso brincam, assistem à televisão, tomam banho, jantam e, às 21 horas, vão dormir. Aos sábados, a hora de ir para a cama é adiada até às 23 horas. As crianças acolhidas ainda participam regularmente de passeios e fazem programas culturais.

Para organizar a estrutura física disponível e ainda monitorar esses sujeitos de direitos abrigados na Casa Esperança e na Casa do Adolescente, o Poder Público Municipal conta com dez monitores capacitados, divididos em turnos diurno e noturno, uma coordenadora e uma psicanalista que presta assistência às crianças abrigadas e às que retornarão ao lar.

“Tomamos o cuidado de preparar estas famílias que vão receber as crianças de volta para que elas possam realmente educá-las” (Dir. Depart. Bem-Estar Social).

Ainda, segundo depoimento da diretora,

“Há situações em que o Poder Público Municipal acaba até fazendo melhorias na casa da família das crianças para que elas retornem aos seus lares de origem com um mínimo de condições para uma vida digna.”

O abrigo Casa Esperança circunscreve-se dentro da política de abrigos no Brasil e tem como propósito atender crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Funciona com recursos públicos da Prefeitura Municipal, doações em espécie de pessoas físicas, jurídicas e voluntárias. Nesse sentido, a Casa Esperança

“É uma unidade social integrante do Programa Cidadania, subordinado ao Departamento de Bem-Estar Social da Prefeitura Municipal. A Casa Esperança tem por objetivos: I - abrigar em regime integral crianças até 12 (doze) anos de idade; II - oferecer às crianças e adolescentes além de abrigo, lazer, esporte, formação moral e ética, apoio psicológico e oportunidades para o desenvolvimento educacional; III - colaborar com as autoridades competentes no sentido de encontrar um lar substituto, se for o caso, seja guarda provisória ou definitiva, visando o bem-estar da criança.” (Regimento, p.1)

O abrigo é responsável pelo desenvolvimento físico, moral, psicológico e mental das crianças e adolescentes nele inseridos. Eles permanecem parte do tempo no próprio abrigo, pois, em outros momentos, estão na escola ou no Projeto.

Os usuários do abrigo freqüentam os equipamentos sociais da comunidade tais como: escola pública, postos de saúde, clubes, igrejas, festas. Em síntese, participam das atividades sócio-edu-

cativas voltadas ao seu desenvolvimento. Como exemplo, citamos sua participação em um programa desenvolvido pela Secretaria de Educação Municipal denominado “Projeto”. Neste programa, as crianças e adolescentes aprendem, de forma lúdica, questões de segurança, saúde, educação. Sobre o Projeto, o adolescente que chamamos de K, 15 anos, da 4ª série, apresentou o seguinte depoimento:

“Eu aprendo Matemática e Língua Portuguesa diferente da escola, porque a professora do Projeto manda a gente levar folhetos de propaganda de lojas e com o computador somar os preços de todos os produtos do folheto.”

Por meio das falas dos adolescentes, pudemos constatar que eles gostam mais de freqüentar o Projeto do que a escola, pois acreditam que aprendem de formas diferenciadas. A participação deles nos equipamentos da comunidade ajuda a ter uma visão de mundo não institucionalizada, sem o sentido de confinamento.

Nosso objetivo não é tratar de questões relacionadas ao Projeto freqüentado pelos acolhidos, mas ressaltamos que esses projetos propiciam à população abrigada alternativa de distração por terem uma programação diária que visa oferecer espaços de vivência e convivência em períodos diferentes do horário escolar, com atividades prazerosas, por meio da arte e educação, voltadas ao desenvolvimento psicológico dos mesmos, proporcionando-lhes uma melhoria nos vínculos existentes no abrigo e a sociedade. Nesta perspectiva, as políticas de abrigo têm de ser pensadas dentro de uma concepção de rede, para que a criança e o adolescente abrigados não sejam vítimas de uma segregação social.

A Casa Esperança é concebida como um espaço educativo e assistencial que busca oferecer a seus acolhidos condições para o desenvolvimento de seu crescimento humano e social. Para que o abrigo se torne saudável, faz-se necessário a observação dos princípios preconizados pelo ECA. Assim, a criança e o adolescente podem desenvolver suas potencialidades em um espaço seguro e de afetividade, caso contrário, este espaço poderá repercutir negativamente, comprometendo a vida da criança e do adolescente nele inseridos.

A funcionária do Departamento de Bem-Estar Social, explicita os objetivos dos abrigos da seguinte forma:

“Eles existem por determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente como medida de proteção (provisória), quando alguma criança ou adolescente estiver em situação de risco pessoal e social. A Casa Esperança auxilia as crianças e adolescentes ali abrigados, pois ao serem inseridas na Entidade, automaticamente recebem os cuidados e proteções que até então lhes estavam ameaçados. Recebem o atendimento físico-psicológico-social e educacional, necessários para que dêem continuidade ao processo de desenvolvimento.”

Várias evidências comprovam que a probabilidade de sucesso na colocação da criança ou do adolescente em algum lugar será tanto maior quanto mais ativamente puderem participar dos planos que lhe dizem respeito e, assim, receber ajuda no sentido de compreender o que significa sua duração e o porquê deles.

É particularmente difícil realizar um bom trabalho de abrigamento no caso de adolescentes que foram retirados da guarda dos pais pela justiça, por motivo de maus-tratos. Nestes casos, em geral, não há tempo para se preparar estas crianças ou adolescentes para a remoção e é difícil para os mesmos compreenderem por que estão sendo retirados de seu lar. Eles podem ficar ressentidos e, certamente, não estarão prontos para aceitar a convivência no abrigo. Estes fatos merecem maior atenção por parte dos responsáveis pelas decisões judiciais.

O sucesso ou fracasso do processo de abrigamento depende, em grande parte, do ritual de entrada estabelecido pela entidade e da forma como a criança e o adolescente apropriam-se desta ajuda. Neste sentido, os profissionais que atuam junto a essas crianças e adolescentes se empenham na busca de informações sobre sua história e encontrar alternativas para que a família e o adolescente possam superar as dificuldades que o levaram a se separar e a morar num abrigo. Isto pode ser feito de diversas maneiras, sobretudo quando os profissionais (cuidadores sociais, assistente social, psicólogos, educadores e

psicopedagogos) não só cuidam da criança e do adolescente, mas também procuram acompanhar a família.

Em certas ocasiões, as crianças e os adolescentes acolhidos têm dificuldades de resgatar, pelo menos naquele momento, os vínculos saudáveis no interior da família para que possam voltar a residir com a mesma. Assim, os profissionais devem, com a participação da criança ou adolescente, encontrar outras alternativas, como um parente ou uma família substituta, ou, em último caso, sem alternativas, deverão permanecer no abrigo até a maioridade, quando já poderão assumir a responsabilidade total pela sua vida. Ressalta-se que, neste caso, também o abrigo deve ajudar a criança ou adolescente a se assumir como sujeito de sua história, respeitando a si, ao outro e ao planeta. Não se deve deixar estes jovens sem nenhum apoio, porque poderão ingressar no mundo da criminalidade ou de outras práticas anti-sociais e, também, porque os seres humanos têm necessidade de cuidados para se desenvolverem saudavelmente.

Ressaltamos, ainda, que não existe um único tipo de vínculo, mas o sujeito constrói diferentes vínculos, dependendo das relações que estabelece com o mundo. Acreditamos que o vínculo saudável é aquele que se estabelece

“[...] entre o sujeito e um objeto quando ambos têm possibilidade de fazer uma escolha livre de um objeto, como resultado de uma boa diferenciação entre ambos. [...] Os vínculos interno e externo se interagem em um processo que configura uma espiral dialética. Produz-se uma passagem constante daquilo que está dentro para fora, e do que está fora para dentro.” (Taragano, apud Pichon-Rivière, 2000, p. 14;15).

Para desenvolver os vínculos saudáveis no sujeito, o melhor método é o democrático. Esse método permite aos acolhidos compreenderem a sua história e, ao educador, ajuda explicitar essa história, mesmo quando a vida deles está muito tumultuada. Esta relação é um momento em que o adolescente pode repensar sobre a sua própria vida e encontrar sentido na mesma e, ainda, apropriar-se da realidade. Outro aspecto importante é o fato de dar ao adolescente a oportunidade de saber alguma coisa sobre as decisões das autoridades responsáveis pelo seu caso.

Embora alguns abrigados possuam um certo grau de referencial familiar, como podemos notar na fala de K, de 15 anos, o governo, com suas políticas sociais, parece não ter condições para impedir que crianças e adolescentes se tornem sujeitos institucionalizados:

“Tenho aqui na Casa três irmãos, tenho tios e tias em cidades distantes, pai e mãe que moram numa cidade vizinha com nosso irmão mais velho.”

A questão dos maus-tratos marca a vida de crianças e adolescentes com problemas como o sofrimento, a angústia, a rejeição, podendo comprometer a rede afetiva e social destes sujeitos, principalmente no processo de aprendizagem. Uma criança ou adolescente de qualquer idade sentir-se-á triste e perturbada ao sofrer qualquer tipo de “agressão”. No caso de uma criança muito pequena, essa experiência pode significar muito mais do que a experiência real de tristeza. Pode, de fato, equivaler a um blecaute emocional e levar facilmente a um distúrbio grave do desenvolvimento de sua personalidade.

Alguns abrigos são caracterizados pelas regras existentes, principalmente as regras diárias promovidas por sua comunidade dirigente e as relações existentes da instituição com o mundo externo. Mas essas regras nem sempre surtem um efeito de continuidade, pois alguns acolhidos percebem a instituição como positiva, entretanto, sem exceção, eles afirmam que jamais gostariam de ver um filho seu em uma situação de “abrigado”. Têm a clara idéia de que, para ter filhos, precisam de condições mínimas.

Na perspectiva de atingir o nosso objetivo, analisar o abrigo como um espaço saudável para o desenvolvimento das potencialidades humanas, procuramos ouvir esses adolescentes a fim de percebermos suas percepções sobre o abrigo e, também, observarmos como esses adolescentes tornam-se construtores de um conhecimento coletado a partir da realidade em que se encontram inseridos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, M.A. e GUERRA, V.N. de A. (orgs.). *Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez Editora, 3ª ed. 2000.
- AZEVEDO, M.A. e GUERRA, V.N. de A. *Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. Iglu Editora, 2000.
- CECRIA / DF - Centro de Referência para Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes do Distrito Federal. *Relatório final - Brasil*. Brasília, Cécria, 1999.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL -1988- artigos.
- CRAMI (Centros Regionais de Atenção aos Mastratos na Infância). *Documento de Divulgação*.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1998.
- ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). *Lei Federal 8069, de 13 de julho de 1990*.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, M. *Problematização do Sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*, (org.). Manoel Barros de Motta, ed. Forense Universitária, 1972.
- GUERRA, V.N.A. *Violência de Pais Contra Filhos: Procuram-se Vítimas*. São Paulo: Cortez, 1985.
- IEE - Instituto de Estudos Especiais - PUC-SP. *Trabalhando Abrigos. Série Programas e Serviços de Assistência Social*. 1993.
- PICHON-RIVIÈRE, E. *Teoria do Vínculo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- PRIORE, M.D. (Org.) *História das Crianças no Brasil*. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- SILVA, R. da. *Os filhos do governo*. São Paulo: Ática, 1997, in: *A construção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*.
- SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO. *Sinase*. 2007.
- SITUAÇÃO DA INFÂNCIA BRASILEIRA. 2006 - o Direito à Sobrevivência e ao Desenvolvimento. *Relatório redigido pelo UNICEF*. <http://www.unicef.org.br>
- SOUZA NETO, J.C. de. *Crianças e Adolescentes Abandonados: estratégias de sobrevivência*. Expressão e Arte editora, 2001.
- SOUZA NETO, J.C. de. *Análise Institucional - diferentes perspectivas de aprendizagem*. Expressão e Arte editora, 2007.
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Em inglês: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
- WEBER, L. N. D. *Abandono e Adoção: Um olhar sobre a América Latina* - <http://www.vin.desktop.com.br/pba/abandonado1.htm>
- WIKIPÉDIA. *Enciclopédia livre*. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia>
- WINNICOTT, D.W. *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- WINNICOTT, D.W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.